



## A POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO ENSINO SUPERIOR

João Vitor Rodrigues Gonçalves<sup>1</sup> (IC) - dhc.goianesia@gmail.com

Universidade Estadual de Goiás (UEG/Campus Goianésia)

**Resumo:** A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais instituída em 2011 pela portaria nº 2.836 de, 01 de dezembro de 2011 é considerada invisível no ambiente universitário e se encontra em completo estado de abandono pelos órgãos de pesquisa governamentais. O referencial teórico foi formulado com base na análise qualitativa e nos dados extraídos da biblioteca virtual do Ministério da Saúde disponível em internet. O objetivo geral se destina em analisar os fatores históricos, sociais e legais que antecederam a criação da política contextualizando a trajetória, a importância e a legitimidade para o leitor. O presente trabalho busca integrar as Instituições de Ensino Superior, alocadas nas grandes capitais e nas regiões estratégicas no interior dos estados, com o Núcleo de Estudos em Saúde Pública da Universidade de Brasília (NESP/UnB) e a Fundação Oswaldo Cruz de Pernambuco (FIOCRUZ/PE) com finalidade de compreender o acesso e a qualidade em saúde dos usuários LGBT, através da extensão da produção científica e paralelamente à democratização do ensino para a comunidade acadêmica colaborando para o desenvolvimento e avanços significativos da política.

**Palavras-chave:** Discriminação. Indivíduo. LGBT. Pesquisa.

### Introdução

Considerada praticamente desconhecida no campo universitário e predominantemente ausente nos debates, nas discussões e nos componentes curriculares dos cursos de graduação da área da saúde, a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSILGBT) deve se tornar um instrumento de discussão mais acessível ao ambiente acadêmico. O objetivo geral é analisar a fundamentação teórica, legal e social que antecede a criação da portaria nº 2.836 (2011) e propor a democratização do assunto aos alunos através das Instituições de Ensino Superior (IES) com incentivo a pesquisa.

### Material e Métodos

Foi-se utilizado a análise bibliográfica como fonte de pesquisa através de materiais extraídos da biblioteca do Ministério da Saúde (MS) disponíveis na internet, com aspecto qualitativo em relação às informações coletadas estruturado no método dedutivo para elaboração da parte conclusiva. De acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2013, p.6) a PNSILGBT começou a ser pensada a partir da década de 1980, quando o MS adotou estratégias para o enfrentamento da epidemia do vírus HIV/Aids em parceria com os movimentos sociais vinculados à defesa dos direitos de grupos vulneráveis.



Para o Conselho (2004) o processo de estruturação da política foi baseado no Programa Brasil sem Homofobia lançado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), citado no item VI do capítulo de Programas e Ações que retrata os direitos a saúde desta população, consolidando-os com um tratamento de aspecto mais igualitário. Através deste item, de acordo com Conselho (2004, p. 23), foi exigida a formalização de um comitê técnico intitulado “Saúde da População LGBT” pertencente ao MS, sendo o grupo pioneiro responsável que já projetaria o esboço da criação da PNSILGBT.

### Resultados e Discussão

Os principais motivos que formulam os objetivos desta política estão fundamentados em fatores histórico-sociais determinantes para o desenvolvimento do processo saúde-doença do indivíduo. A falta de capacitação adequada de servidores, profissionais da saúde e demais envolvidos no atendimento e tratamento do público LGBT, se tornou o requisito unânime para elaboração da PNSILGBT. É possível identificar o grandioso despreparo técnico e a ausência de conhecimento especializado por uma considerável parte de colaboradores que estão diretamente e indiretamente ligados à área saúde. Estes fatores acabam transparecendo uma insegurança ao lidar com o usuário e, muitas das vezes, o constrangimento é eminente.

A exclusão social decorrente do desemprego, da falta de acesso à moradia e à alimentação, assim bem como da dificuldade de acesso à educação, saúde, lazer e cultura interferem, diretamente, na qualidade de vida e de saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013, p. 13). Existem outros fatores que acabam potencializando diretamente a discriminação e o preconceito dos usuários de saúde LGBT como, por exemplo: a intolerância, o machismo, a falta de informação adequada e de alguns ideais conservadores por parte da sociedade.

São as repercussões e as consequências destes preconceitos que compõem o principal objeto desta Política. Os desafios na reestruturação de serviços, rotinas e procedimentos na rede do Sistema Único de Saúde (SUS) serão relativamente fáceis de serem superados. Mais difícil, entretanto, será a superação do preconceito e da discriminação que requer, de cada um e do coletivo, mudanças de valores baseadas no respeito às diferenças (BRASIL/MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013, p.16).

Estes fatores relacionando entre si, de forma direta ou não, podem desenvolver doenças psicológicas e contribuir para o agravamento do estado de saúde do indivíduo.



Há de se reconhecer que alguns movimentos sociais ligados à promoção e defesa dos direitos humanos tornaram-se mais visíveis no cenário político. No início dos anos mil com a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder, o público LGBT obteve papel protagonista através de suas lutas por direitos, demandas e reivindicações. É possível notar, a partir deste período, um interesse maior por parte da sociedade como um todo em discutir, debater e ouvir as propostas de algumas minorias sociais em relação as suas lutas por espaço e representatividade, dialogando constantemente com o poder executivo e legislativo com uma maior prioridade no âmbito federal se estendendo posteriormente aos estados e municípios.

Sabe-se que diversas manifestações foram feitas no cenário internacional, também proveniente de governos liberais e de órgãos reconhecidos mundialmente por sua atuação, a exemplo da Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), para que se fosse criado um sentimento de tolerância e igualdade de direitos coletivos e individuais pautados no respeito, indiferente da orientação sexual, etnia e outros aspectos.

Considerando o princípio da igualdade de direitos como base fundamental, a PNSILGBT foi estruturada com a missão de democratizar o acesso a saúde como estratégia de consolidação do SUS como sistema universal, integral e equitativo objetivando a redução das desigualdades sociais por meio da formulação e implantação de políticas e ações pertinentes reconhecendo a necessidade de atenção especial à saúde mental da população LGBT, do fomento às ações de saúde que visem à superação do preconceito e da discriminação, por meio da mudança de valores, baseada no respeito às diferenças (BRASIL/Portaria nº 2.836, 2011).

Com o intuito de garantir a continuidade, avaliação e monitoramento da PNSILGBT o MS, realizou em 2012, a Oficina de Pesquisas em Saúde da população LGBT (BRASÍLIA, 2012). O objetivo deste encontro era mapear, identificar e compreender as dimensões do acesso dos usuários LGBT em relação aos serviços de atenção à saúde e sua qualidade, na perspectiva de profissionais, gestores e pesquisadores (BRASÍLIA, 2012). O Núcleo de Estudos em Saúde Pública da Universidade de Brasília (NESP/UnB) em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz de Pernambuco (FIOCRUZ/PE), surgem com a missão de analisar acesso e da qualidade da atenção integral à saúde da população LGBT no SUS (BRASÍLIA, 2012).

### **Considerações Finais**



É correto afirmar que o assunto é majoritariamente inacessível por grande parte das IES. Atualmente, de acordo com BRASÍLIA (2012) somente as Universidades Federais da Paraíba, Piauí, Uberlândia; a Universidade de São Paulo; a Universidades Estaduais de Maringá e do Rio de Janeiro estão integradas ao NESP e a FIOCRUZ/PE. A PNSILGBT deve ser difundida em uma amplitude regional um pouco maior do que a atual, contemplando todas as capitais e o distrito federal.

Para se tornar acessível e com qualidade, os órgãos de pesquisa devem se posicionar junto as IES que fazem parte de um quadro macrorregional dentro dos estados, integrando municípios e cidades metropolitanas que possuem estrutura para sediarem núcleos de estudo e pesquisa. Dessa forma, os pequenos e médios municípios passam a obter informações quali-quantitativas e a partir desta análise macrorregional podem investir planejar e executar ações e estratégias voltadas ao desenvolvimento da PNSILGBT vinculada especificamente com as IES localizadas no interior do estado.

Com a participação da sociedade civil organizada e das agências de fomento à pesquisa e iniciação científica, a política passa a ser mais difundida em todos os aspectos e os avanços podem ser evidenciados, valorizando a importância do papel do ensino superior e reconhecendo a posição pioneira no desenvolvimento do país.

### Agradecimentos

A um ser maior que me concede a divina capacidade do saber.

### Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia:** Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil\\_sem\\_homofobia.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf)>. Acesso em: 09 mai. 2018.

BRASIL. **Portaria nº 2.836, de 11 de dezembro de 2011.** Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT). Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836\\_01\\_12\\_2011.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html)>. Acesso em: 06 mai. 2018.



## I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

BRASIL. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: Editora MS, 2013. Disponível em:

<[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_saude\\_lesbicas\\_gays.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf)>.

Acesso em: 06 mai. 2018.

BRASÍLIA. Núcleo de Estudos em Saúde Pública da Universidade de Brasília. **A Pesquisa**. Disponível em: <<http://www.nesp.unb.br/saudelgbt/index.php/apesquisa>>  
Acesso em: 20 maio. 2018